



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE DIREITO

LUCAS GONÇALVES SIMÕES VIEIRA

**ENSINO E RELIGIÃO NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DO ENSINO  
CONFESSIONAL NAS ESCOLA PÚBLICAS**

BRASÍLIA

2020



LUCAS GONÇALVES SIMÕES VIEIRA

**ENSINO E RELIGIÃO NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DO ENSINO  
CONFESSIONAL NAS ESCOLA PÚBLICAS**

Monografia apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Bacharel em Direito pela  
Faculdade de Direito da Universidade de  
Brasília - UnB.

Orientador: Professor Doutor André Macedo de  
Oliveira.

Coorientador: Professor Doutor Paulo Cesar  
Villela Souto Lopes Rodrigues

BRASÍLIA

2020

LUCAS GONÇALVES SIMÕES VIEIRA

**ENSINO E RELIGIÃO NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DO ENSINO  
CONFESSIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Apresentado em 15 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador: Professor Doutor André Macedo de Oliveira.

---

Coorientador: Professor Doutor Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues

---

Membro externo: Professor Mestre Ricardo César Mandarino Barretto

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que têm me acompanhado nesta trajetória acadêmica, meu sincero agradecimento. Sem a presença marcante dos docentes, doce dos amigos e amiga dos familiares, nem o presente trabalho, nem qualquer outra consecução seria possível. O privilégio da caminhada acompanhado tem muitos nomes, porém, na tentativa de emprestar a todos o brilho que merecem, cito os de minha mãe e de meu pai, Maria Abadia e Luiz Abel, a quem dedico este trabalho.

\* \* \*

*Um vende limões, o outro  
Vende o peixe que quer  
O nome de Deus pode ser Oxalá  
Jeová, Tupã, Jesus, Maomé  
Maomé, Jesus, Tupã, Jeová  
Oxalá e tantos mais  
Sons diferentes, sim, para sonhos iguais.  
**Guerra Santa, Gilberto Gil.***

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma aproximação histórico-crítica acerca do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Essa aproximação tem por base a questão levantada pelo Ministério Público Federal ao ajuizar ação de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, qual seja, a possibilidade ou não de que o ensino religioso tenha caráter confessional, sendo ministrado nas escolas públicas por representantes de confissões religiosas. A identidade sociocultural brasileira tem clara orientação religiosa, apesar disso, desde a queda do Padroado Português e o advento da República Velha, fatos que ganharam contornos constitucionais em 1891, nossa opção pela laicidade estatal tem se mantido, ainda que com algumas controvérsias, como a presença de símbolos religiosos em órgãos públicos. A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4439, ajuizada em 2010, representou uma oportunidade relevante de se assentar, a partir da interpretação da Constituição Federal de 1988 - reconhecidamente nossa carta constitucional mais afeita à diversidade e à pluralidade que nos marca enquanto sociedade -, o efetivo alcance das normas constitucionais que promovem a interface entre o ambiente republicano que é a escola pública e gratuita e o ensino religioso confessional, expressão exclusiva de uma ou outra cosmovisão espiritual, necessariamente. O trabalho se organiza em três seções: um primeiro momento, em que se buscou mapear os caminhos históricos da legislação constitucional e infraconstitucional sobre o tema, um segundo, dedicado à reflexão sobre o caráter de nossa laicidade e, por fim, um terceiro, com um relato do julgamento da já referida ADI nº 4439.

Palavras-chave: Ensino religioso. Estado laico. Jurisdição constitucional.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>9</b>
<b>1 A EDUCAÇÃO LAICA BRASILEIRA: BREVES NOTAS HISTÓRICAS.....</b>	<b>11</b>
1.1 Educação na colônia e no Império .....	11
1.2 A guinada republicana (República Velha) .....	14
1.3 O ensino religioso na Constituição da Segunda República e posteriores .....	16
<b>2 ESTADO E IGREJA: LAICIDADE E IMPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>22</b>
2.1 Reflexões sobre laicidade e estado laico .....	22
2.2 Brasil e Vaticano: uma relação entre estados nacionais .....	26
2.3 A Concordata Brasil-Santa-Sé .....	27
<b>3 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: ADI Nº 4439.....</b>	<b>32</b>
3.1 Questões controvertidas em debate .....	32
3.2 Dos julgados alienígenas citados na petição inicial: análise crítica.....	39
3.3 Do julgamento final da ação .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>51</b>



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Constitui grande ferramenta para entendimento de uma nação a análise de seu ordenamento jurídico e da forma como se interpreta esse ordenamento. Nosso país passou por transformações institucionais profundas desde sua gênese constitucional (aqui considerada a marca de 1824), permitindo que se desloque um determinado tema para retrospectiva reflexiva.

A partir de sua conversão em sede da Coroa Portuguesa com a vinda da família real em 1808 até os dias atuais, o Brasil conta com 7 Constituições formais que, apesar de guardarem algumas semelhanças entre si, são reflexo das tentativas de equilibrar as forças políticas que atuaram nos diferentes contextos e épocas em que foram escritas. Este trabalho pretende analisar as transformações constitucionais no que toca ao ensino religioso nas escolas públicas, com destaque para a ordem constitucional que vige atualmente.

Desde o último decênio do século XIX e durante o século XX, com a consolidação do ideal iluminista por aqui – ressalvado o período ditatorial –, cujo credo é de hostilidade ou de indiferença à religião, o fenômeno religioso, quando em intersecção com o aspecto educacional, ganhou do Estado Brasileiro tratamento mais distanciado do que o original: a Constituição Política do Império do Brasil<sup>1</sup>, de 25 de março de 1824, elegera a Igreja de Roma como sua religião oficial.

Esse tratamento pode ser desdobrado em dois aspectos: (i) facultatividade da instrução religiosa nas escolas e; (ii) o caráter confessional ou não-confessional dessa instrução. Quanto ao primeiro, desde a definitiva opção pelo republicanismo, todas as Constituições republicanas optaram pela facultatividade. A discussão sobre o segundo aspecto, contudo, se estendeu até 2017, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou a tese de que a confessionalidade do ensino religioso é constitucional (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4439/DF, Rel. Min. Roberto Barroso).

Essa controvérsia, porém, parece ainda ecoar, uma vez que, não raro, o elemento religioso, em seu aspecto mais amplo, venha se reafirmando como

---

<sup>1</sup> Grafia de época.

marcador de segregacionismos e discriminações<sup>2</sup>. Nesse andar, parece necessário que se voltem as atenções a essa intersecção histórica, a fim de que a reflexão sempre relevante sobre a efetividade dos direitos fundamentais se mantenha viva entre os brasileiros, tendo em vista a teoria da sociedade aberta de intérpretes da Constituição, de Peter Häberle<sup>3</sup>.

O que se quer construir nas páginas que virão, enfim, é um retrato histórico da problemática apresentada, tendo por ponto de amarração um relato da atuação de nossa Corte Constitucional no enfrentamento da questão.

---

<sup>2</sup> Em 2019, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) registrou 506 casos de discriminação religiosa. A série histórica aponta ora um crescente ora uma estagnação nos casos de intolerância, sem sinal relevante de diminuição. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/balanco-anual-disque-100-registra-mais-de-500-casos-de-discriminacao-religiosa> Acesso em 8.11.2020.

<sup>3</sup> Como se detalhará na parte final deste trabalho, a sociedade civil participou ativamente deste julgamento, por meio de audiência pública, efetivando o método concretista concebido por Häberle em sua teoria para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição.

## **1 A EDUCAÇÃO LAICA BRASILEIRA: BREVES NOTAS HISTÓRICAS**

### **1.1 Educação na colônia e no Império**

Quanto ao aspecto educacional, desde a “descoberta” do Brasil até meados do século XVIII, sua condução coube às campanhas jesuíticas, em razão de missão conferida pelo Rei Dom João III, que objetivava a conversão, doutrinação e ensinamentos da fé católica<sup>4</sup>. Trazendo valores ditos civilizatórios e buscando estabelecer a “moral e os bons costumes” na nova colônia portuguesa, os jesuítas aprenderam a língua nativa como meio para exercer a catequização<sup>5</sup> e moldar as comunidades indígenas aos princípios religiosos da sociedade portuguesa que adentrava o território brasileiro.

Da chegada dos jesuítas ao Brasil à sua expulsão pelo Marquês de Pombal (1549-1759) transcorreram 210 anos. Nesse período, o ensino era eminentemente religioso, realizado por ordens religiosas – além dos jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos –, e muito marcado por um processo de catequização dos povos indígenas.

A estratégia de catequização foi posteriormente utilizada nos povos africanos, que, segundo extratos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1853), eram “os mais necessitados da doutrina cristã”, práticas que não se deram apenas por interesse da Igreja, mas também da sociedade colonial, se mantendo após a instauração da Monarquia, respaldada pela identidade entre o Imperador e a autoridade maior da Igreja Católica no Brasil<sup>6</sup>.

Ressalta-se, em relação aos escravizados negros, a obrigação dos proprietários pela formação dos escravos e ensino da doutrina cristã, funcionando a

---

<sup>4</sup> NETO, Antonio Gomes da Costa. "Ensino Religioso e as Religiões de Matrizes Africanas no Distrito Federal." Brasília, 2010.

<sup>5</sup> GIELOW, Taciane Cleire. "A laicidade na educação: conhecendo a história da educação laica no Brasil e observando o pensamento de um professor de Sinop." *Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil* nov./dez. 2015, 4 (17) ed.: 283-293.

<sup>6</sup> CECCHETTI, Elcio and Ademir Valdir dos SANTOS. "O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas." *Acta Scientiarum. Education* Abr./Jun. 2016, 2 ed.: 131-141.

religião como forma de dominação cultural e social, ao ignorar-se e mesmo a punir a religião dos próprios escravos<sup>7</sup>.

A simbiose entre o Estado e a Igreja<sup>8</sup> se mostra clara na primeira Constituição Brasileira de 1824, ainda na era Imperial, que, em seu artigo 5º, estabelece que “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo”<sup>9</sup>. A Carta Magna Imperial previa, portanto, a liberdade de consciência dos indivíduos, com exceção à religiosidade de matriz africana, por não terem os escravizados caracteres de cidadania<sup>10</sup>. A liberdade de culto público, entretanto, era reservada aos católicos, sendo garantida às outras religiões apenas o culto doméstico.

O ensino religioso se manteve durante todo o período do Império, sendo os professores das instituições públicas obrigados a jurar fidelidade à religião oficial católica que, ao lado da aritmética, da geometria e da gramática, constituía o currículo escolar de então. O artigo 6º do Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827 afirma o lugar da disciplina dispondo sobre o ensino dos “princípios de moral christã e da doutrina da religião cathólica apostólica romana” nas escolas imperiais.

Enquanto às demais religiões era vedado a liberdade de culto, limitado ao espaço doméstico, o clero católico recebia salários do governo como funcionários públicos. A limitação do culto doméstico às religiões estranhas ao catolicismo era tão demarcada que o próprio Código Penal de 1830, na seção reservada aos crimes de “Ofensas da Religião, da Moral e dos Bons Costumes, tipificava os seguintes crimes:

**Art. 276. Celebrar em casa, ou edificio, que tenha alguma fórma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.**

---

<sup>7</sup> NETO, Antonio Gomes da Costa. "Ensino Religioso e as Religiões de Matrizes Africanas no Distrito Federal." Brasília, 2010.

<sup>8</sup> Usa-se o termo Igreja, com maiúsculo, e não religião, a partir dessa passagem, sempre que necessário dar conta do aspecto institucional da Igreja Católica Apostólica Romana e sua relação com o Estado Brasileiro.

<sup>9</sup> BRASIL, Constituição Brasileira de 1824.

<sup>10</sup> NETO, Antonio Gomes da Costa. "Ensino Religioso e as Religiões de Matrizes Africanas no Distrito Federal." Brasília, 2010.

Penas - de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da **demolição da fôrma exterior; e de multa** de dous a doze mil réis, que pagará cada um.

Art. 277. **Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Imperio, por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados**, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em publicas reuniões, ou na occasião, e lugar, em que o culto se prestar.

Penas - de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 278. **Propagar** por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas; ou por discursos proferidos em publicas reuniões, **doutrinas que directamente destruam as verdades fundamentaes da existencia de Deus, e da immortalidade da alma**. Penas - de prisão por quatro mezes a um anno, e de multa correspondente á metade do tempo.<sup>11</sup>

Além dos crimes acima relacionados, outras formas mais leves – embora igualmente discriminatórias – de segregação formatavam a prática social da época. Por exemplo, somente havia o reconhecimento dos filhos de casamentos realizados pela Igreja Católica, única forma de casamento reconhecida, sendo todos os demais filhos considerados bastardos. Também os cemitérios públicos só aceitavam o enterro de católicos. Para ser enterrados, “os outros tinham de se fingir católicos ou procurarem cemitérios particulares”<sup>12</sup>.

O Decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851, iria reformar o modelo de ensino secundário e primário no Município da Corte, determinando, para cada um, respectivamente, o estudo da “doutrina christã” e da “leitura explicada dos evangelhos, e a notícia da história sagrada”. Posteriormente, o Decreto nº 7.427, de 19 de abril de 1879, seria o primeiro a formular uma certa facultatividade do ensino religioso, elegendo, em seu art. 4º, a “Instrução religiosa” como disciplina do ensino primário, mas prevendo também que “§ 1º Os alumnos acatholicos não são obrigados a frequentar a aula de instrucção religiosa que por isso deverá effectuar-se em dias determinados da semana e sempre antes ou depois das horas destinadas ao ensino das outras disciplinas”.

---

<sup>11</sup> BRASIL, Código Penal de 1830. Grifei.

<sup>12</sup> OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO (OLÉ). O Estado Brasileiro é Laico? Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/posicionamentos2.html> Acessado em: 18 de setembro de 2020.

Cecchetti e Santos<sup>13</sup> apontam como aspectos motivadores para essa mudança da obrigatoriedade para facultatividade do ensino religioso, agora ministrado em horário diverso do ensino normal: (i) a longa reivindicação dos cristãos-protestantes à liberdade de culto e (ii) a relação incômoda entre a Igreja e o Estado nas décadas de 1870-1880, com a Santa Sé buscando mais controle sobre o clero e a emergência das forças republicanas, que pretendiam um regime mais semelhante ao dos países europeus, particularmente o francês, com nítida separação entre os poderes.

## **1.2 A guinada republicana (República Velha)**

A implantação da República, em 15 de novembro de 1889, extinguiu o Império, revogou a Constituição Imperial e instaurou um governo provisório. Através do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, oficializou-se a separação do Estado e da Igreja, findando o regime do Padroado. O Padroado, em poucas linhas, tinha sido a instituição oficial do aparato religioso do Estado Português no Brasil. Com o tempo, no entanto, havia deixado de ser um organismo autônomo e independente e tornou-se verdadeiramente um braço do poder central burocrático, como argumentam HAUCK *et al*<sup>14</sup>.

A consciência dos bispos não é adequada para dar-nos uma ideia da Igreja brasileira; eram funcionários de uma religião de Estado agressivamente única, vindos de fora quase todos sem identificação com o povo que deviam reger e ensinar. Por parte das autoridades civis era tão abrangente o conceito de padroado que nem se pode falar de igreja como instituição distinta do poder absoluto do Estado, que absorvia a religião como uma de suas instituições fundamentais. Funcionários, mais do que pastores, os sacerdotes se laicizavam e buscavam profissões mais rendosas, desinteressados da religião do povo.<sup>15</sup>

Com a separação da união Estado-Igreja, se estabeleceu no Brasil não só a liberdade de crença, mas também de culto, não podendo, segundo o art. 1º do Decreto

---

<sup>13</sup> CECCHETTI, Elcio and Ademir Valdir dos SANTOS. "O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas." *Acta Scientiarum. Education* Abr./Jun. 2016, 2 ed.: 131-141.

<sup>14</sup> HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus van der; BROD, Brenno. *História da Igreja no Brasil - Ensaio de interpretação a partir do povo - Segunda Época*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

<sup>15</sup> *Idem*: 15.

119-A “[a] autoridade federal, assim como a dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas”.

Tais princípios foram reafirmados na Constituição Federal de 1891, reforçando-se ainda, no art. 72, §6º, que seria “leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. O Estado passou a promover a secularização dos ritos públicos, reconhecendo somente o casamento civil e determinando que os cemitérios fossem administrados pelas autoridades municipais, o que não ocorreu sem protestos das autoridades católicas<sup>16</sup>.

Porém, como recorda Antonio Neto<sup>17</sup>, a proclamação de uma República sem uma religião oficial não significou a inclusão de todos os modelos religiosos e culturais que tinham lugar em nosso miscigenado território. Vigorava no Brasil a teoria eugênica do branqueamento, sendo as práticas e manifestações dos escravos libertos duramente combatidas. O Código Penal de 1890 ainda punia os crimes de capoeiragem, curandeirismo, espiritismo, mendicância e vadiagem, ou seja, como aponta o autor, “qualquer prática ou difusão das Religiões de Matrizes Africanas, seria combatida e seu tratamento perante a legislação teria o caráter racial”<sup>18</sup>.

Grupos ligados à Igreja reivindicavam, em nome de valores cristãos, a continuidade da oferta do ensino religioso, afirmando a noção de laicidade como “separação entre os poderes, mas sem o caráter antirreligioso”<sup>19</sup>. Com a proclamação da República o ensino religioso estava, juridicamente, excluído, mas tal não impediu que algumas unidades da federação, como Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco e Santa Catarina, “flexibiliza[sem] o ensino leigo, mantendo ou reintroduzindo o ER [ensino religioso]”<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas. *Acta Scientiarum. Education* Abr./Jun. 2016, 2 ed.: 131-141.

<sup>17</sup> NETO, Antonio Gomes da Costa, Antonio Gomes da Costa. 2010. *Ensino Religioso e as Religiões de Matrizes Africanas no Distrito Federal*. Brasília, Distrito Federal: s.n., 2010.

<sup>18</sup> *Idem.*: 49.

<sup>19</sup> CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas. *Acta Scientiarum. Education* Abr./Jun. 2016, 2 ed.: 131-141.

<sup>20</sup> *Idem.*

Formou-se, assim, uma resistência ativa com formulação de medidas alternativas, liderada por organizações coletivas ligadas ao catolicismo, a partir dessa mobilização da Igreja. Com a Revisão Constitucional de 1926 teve-se a primeira tentativa de reintrodução do Ensino Religioso e o reconhecimento da Igreja Católica como religião da maioria do povo brasileiro, mas a matéria foi retirada de pauta por falta de quórum<sup>21</sup>. O Decreto nº 7.970-A de 12 de outubro de 1927, embora aprovasse a reforma do ensino primário, manteve o ensino obrigatório e leigo, acentuando que os edifícios escolares não poderiam ser usados para fins “estranhos ao ensino”.

A Revolução de 1930, no entanto, suspendeu a neutralidade religiosa nas escolas públicas, e através do Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931, os católicos conseguiram o retorno do Ensino Religioso, facultativo, nas escolas<sup>22</sup>. Cecchetti e Santos<sup>23</sup> apontam para o estreitamento das relações entre a Igreja e o governo Vargas em troca de apoio, tendo como oposição os partidários da Escola Nova que elaboraram um “Manifesto” para reconstrução educacional laica no Brasil, considerada pelos intelectuais ligados à Igreja como “anticristão”, “antinacional”, “antihumano” e “anticatólico”<sup>24</sup>. O decreto nº 19.941 garantia, entre outros aspectos, a facultatividade do ensino religioso, a responsabilidade dos ministros dos cultos pela elaboração do material de ensino e a designação dos professores; ainda assim, previa também a possibilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública suspender a qualquer momento o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais.

### **1.3 O ensino religioso na Constituição da Segunda República e posteriores**

A Constituição da Segunda República, e todas suas sucessoras, elencaram o ensino religioso como matéria constitucional. Na Carta de 1934, o tema ganhou a seguinte redação:

---

<sup>21</sup> NETO, Antonio Gomes da Costa, Antonio Gomes da Costa. 2010. Ensino Religioso e as Religiões de Matriz Africanas no Distrito Federal. Brasília, Distrito Federal: s.n., 2010.

<sup>22</sup> NETO, Antonio Gomes da Costa, Antonio Gomes da Costa. 2010. Ensino Religioso e as Religiões de Matriz Africanas no Distrito Federal. Brasília, Distrito Federal: s.n., 2010.

<sup>23</sup> CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas. Acta Scientiarum. Education Abr./Jun. 2016, 2 ed.: 131-141.

<sup>24</sup> NETO, Antonio Gomes da Costa, Antonio Gomes da Costa. 2010. Ensino Religioso e as Religiões de Matriz Africanas no Distrito Federal. Brasília, Distrito Federal: s.n., 2010.



Art 153 - O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.<sup>25</sup>

A facultatividade prevista no Decreto nº 7.847/1879 foi retomada, tendo sido previsto um modelo confessional de ensino religioso, que constituiria matéria do quadro de ensino. Entretanto, a própria Constituição de 1934 estabeleceria também mecanismos segregacionistas e discriminatórios, promovendo o que chamou de “educação eugênica”:

Art. 138 – Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: (...)

b) **estimular a educação eugênica**; (...)

f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbididade infantis; e de **higiene social** que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;

g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os **venenos sociais**.<sup>26</sup>

No aspecto factual, a estrutura do ensino religioso desfavorecia as religiões minoritárias, que não contavam nem com a organização necessária para promoção do ensino religioso confessional, nem o número mínimo alunos, previsto em decreto<sup>27</sup>, para que pudessem oferecer o ensino de suas confissões.

A Constituição de 1937 manteve o caráter não-obrigatório do ensino religioso, mas removeu a parte que garantia o ensino como confessional. Sob sua égide, vale recordar, ainda, que o Código Penal de 1940 revogou a caracterização como crime a prática da capoeira (capoeiragem), do espiritismo e da magia, mantendo, no entanto, a tipificação do curandeirismo do charlatanismo.

---

<sup>25</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934).

<sup>26</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Grifei.

<sup>27</sup> Decreto nº 19.941 de 1931: “Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.”.

A Constituição Federal de 1946, por sua vez, manteve o Ensino Religioso como facultativo, mas retomou a obrigatoriedade de prestá-lo dentro dos “horários das escolas oficiais”, de acordo com a “confissão religiosa do aluno” (art. 168, V).

O Regime Militar, a partir de 1964, efetuou várias mudanças no modelo educacional e nos conteúdos das aulas ministradas. Em seu art. 167, IV, a Constituição Federal de 1967 manteve o ensino religioso facultativo em parte “dos horários normais das escolas de grau primário e médio”. A criação das aulas de Educação Moral e Cívica, previstas pelo Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, também previa conteúdos religiosos:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

a) a defesa do princípio democrático, através da **preservação do espírito religioso**, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, **sob a inspiração de Deus**;

b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos **valores espirituais** e éticos da nacionalidade;

(...)

e) o aprimoramento do caráter, **com apoio na moral**, na dedicação à família e à comunidade;

(...)

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.<sup>28</sup>

Já a Constituição de 1988, com suas preocupações iluministas mais evidentes, buscou garantir a liberdade de crença em sua máxima potência. O texto constitucional vigente assim disciplinou a matéria religiosa, com destaque à sua intersecção com a educação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)”

---

<sup>28</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Grifei.

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

(...)

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

(...)

Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

(...)

**Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.**

**§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.**

(...)

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.<sup>29</sup>

A disputa no que se refere ao Ensino Religioso no âmbito da Assembleia Constituinte (1987) envolveu vários grupos de influência e acabou por manter, na Carta Magna, como transcrito e grifado acima, o ensino religioso, de caráter obrigatório e matrícula facultativa, apenas para o Ensino Fundamental, em parte do horário normal das escolas públicas.

As Leis de Diretrizes e Bases Nacionais de Educação, que regulamentaram a matéria, também sofreram a influências religiosas em suas redações (1961 e 1996).

---

<sup>29</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (de 5 de outubro de 1988). Grifei.

A LDB de 1996 teve uma tramitação bastante turbulenta, com a atuação de vários partidos e entidades interessadas, sendo os pontos de destaque nas divergências: (i) necessidade de um número mínimo para oferta do ensino e, se sim, qual a base de cálculo; (ii) se o ensino poderia ser confessional; (iii) se sendo confessional, deveria haver a opção do ensino interconfessional; (iv) se os docentes deveriam ou não ser orientadores indicados pelas igrejas; (v) se deveria ocorrer com ou sem ônus para o Estado<sup>30</sup>. A redação da LDB que se originou desse debate determinava:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.<sup>31</sup>

Posteriormente, a lei foi alterada pela Lei 9.475/1997, suprimido o modelo de ensino e seu oferecimento sem ônus:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> CUNHA, Luiz Antônio. Hegemonia e confronto na produção da segunda LDB: o ensino religioso nas escolas públicas." Pro-Posições Jan./Abr. 2014, 1 (73) ed.: 145-150, 152-154, 156-157

<sup>31</sup> BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

<sup>32</sup> BRASIL. Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997.

As disposições constitucionais e legais acima reproduzidas formatam a orientação oficial do Estado quanto ao ensino religioso nas escolas públicas. Sua inteligência, entretanto, gerava diferentes interpretações e inquietações no seio da sociedade, o que foi efetivamente discutido em ação de controle concentrado de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, como se verá detalhado no terceiro capítulo do presente trabalho.

Para que o reporte e análise da ação judicial objeto deste trabalho se concretize a contento, propõe-se, no próximo capítulo, uma reflexão mais ampla sobre a questão da laicidade do estado bem como o especial envolvimento do Estado brasileiro com a confissão religiosa Católica Apostólica Romana, representada também pelo Vaticano, estado nacional com quem o Brasil mantém relações diplomáticas e cujo acordo bilateral assinado em 2008 reverberou de maneira decisiva na discussão ora proposta.

## 2 ESTADO E IGREJA: LAICIDADE E IMPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

### 2.1 Reflexões sobre laicidade e estado laico

O Brasil, em seu desenvolvimento histórico, nem sempre teve a laicidade como princípio constitucional, tendo sido um Estado religioso ligado à Igreja Católica até sua constituinte de 1891, na Primeira República. Este histórico marcou o próprio modelo de laicidade desenvolvido no país, principalmente na específica questão analisada: a do ensino religioso.

Ao nos voltarmos ao próprio conceito de laicidade, podemos, por um lado, analisar as consequências das várias interpretações deste princípio nos vários países que o adotaram, e por outro, analisar a própria reação das sociedades às consequências destas interpretações. Neste tópico, a ideia de laicidade será explorada a partir das contribuições de Tatiana Robles Seferjan, Débora Diniz, Tatiana Lionço, Vanessa Carrião e Ronald Dworkin.

Seferjan<sup>33</sup> analisa o modelo de separação do Estado e da Igreja a partir da não-intervenção do Estado em qualquer tipo de Igreja, o que se traduz em uma neutralidade e imparcialidade em relação às religiões, não havendo subvenção (direta)<sup>34</sup> do Estado a qualquer uma delas. Para ela, para que haja efetividade nesse modelo, há a necessidade de as religiões não estarem submetidas à tutela estatal e a vontade dos indivíduos não estar sujeita à pressão religiosa. A religião passa a habitar integralmente o âmbito privado:

(...) o indivíduo não deve prestar contas de sua crença ao Estado; o Estatuto da Igreja se assemelha a de sociedades de direito privado; a Igreja pode se administrar pelo direito comum; a Igreja é responsável por seus fiéis e; as relações entre Estado e Igreja reduzem-se a menor possível.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> SEFERJAN, Tatiana Robles. *Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado na Constituição de 1988*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>34</sup> A autora afirma que poderia haver uma subvenção indireta do Estado, em um caráter geral. O que não poderia haver é a subvenção de culto e religiões, inscrito em um orçamento que visa o benefício de uma Igreja ou seus membros.

<sup>35</sup> SEFERJAN, Tatiana Robles. *Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado na Constituição de 1988*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.: 46.

Partindo dessas premissas, a autora aponta para dois subsistemas de Estado laico: no primeiro, o Estado reconheceria a existência da religião e do fato religioso, sem se “intrometer em seus negócios”<sup>36</sup>; no segundo, o Estado agiria de forma a deliberadamente ignorar o fenômeno religioso. A ordem constitucional brasileira, por suas características históricas e culturais, se inscreve o primeiro desses subsistemas.

Noutro prisma de investigação, a laicidade do Estado, que buscaria garantir a liberdade religiosa ao não identificar a supremacia de uma religião em relação às demais, pode acabar por demonstrar uma hostilidade geral às religiões<sup>37</sup>. Diniz, Lionço e Carrião apontam o exemplo francês como um caso-limite ao demonstrar como a neutralidade do Estado em relação às religiões pode “ao invés de facilitar a convivência plural, aumenta as distâncias culturais e sociais pela política de assimilação coercitiva, em particular quando os conflitos são com as tradições islâmicas”<sup>38</sup>. Em complemento, conforme salienta Seferjan<sup>39</sup>, tem-se observado um acirramento da questão da tolerância religiosa do Estado à diversidade religiosa principalmente nos casos em que países que observam o surgimento de novas religiões, ou movimentos migratórios de religiões diferentes das consideradas “tradicionais” nos países em questão.

### ***Sociedade religiosa tolerante ou sociedade secular tolerante?***

Ao se analisar a problemática da religião dentro das escolas públicas, um dos elementos controvertidos mais evidentes que emergem da análise é o potencial coercitivo ou não das práticas religiosas sobre os alunos dentro do espaço educacional. Dworkin<sup>40</sup> elabora tal controvérsia ao levantar a questão das orações

---

<sup>36</sup> SEFERJAN, Tatiana Robles. *Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado na Constituição de 1988*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>37</sup> DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. *Laicidade e ensino religioso no Brasil*, Brasília: Letras Livres/ Editora UnB/Unesco Brasil, 2010; SEFERJAN, Tatiana Robles. *Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado na Constituição de 1988*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>38</sup> DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. *Laicidade e ensino religioso no Brasil*, Brasília: Letras Livres/ Editora UnB/Unesco Brasil, 2010.: 19

SEFERJAN, Tatiana Robles. *Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado na Constituição de 1988*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>40</sup> DWORKIN, Ronald. *Is democracy possible here?: principles for a new political debate*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

em escolas públicas para distinguir sobre o caráter religioso ou secular de uma comunidade:

Em uma comunidade religiosa tolerante, não pode haver objeção, em princípio, à orientação dada pelos professores aos alunos. Essas orações devem ser planejadas para ser o mais ecumênicas possível (...). No entanto, um estado religioso tolerante deve tomar cuidado para não coagir as crianças a recitarem quaisquer orações, pois deve deixá-las livres para rejeitar a religião por completo. (...) [Mas] pode ser que as crianças relutem em se identificarem como outsiders e sejam pressionadas a recitar orações nas quais não acreditam. A depender de como a questão psicológica empírica fosse resolvida, as orações seriam permitidas nas escolas públicas de uma sociedade religiosa tolerante. Em uma sociedade secular tolerante, entretanto, essa questão empírica seria irrelevante. Seria visto como um equívoco fazer de qualquer instituição estatal, como uma escola pública, o local onde se pratica qualquer religião. É claro que um estado secular tolerante permitiria o ensino de religião em escolas públicas; nenhuma educação liberal seria satisfatória sem instrução nas doutrinas e diferenças entre as principais tradições religiosas, a história das divisões religiosas e as controvérsias contemporâneas sobre o que a religião deveria desempenhar na vida pública. Mas uma sociedade tolerante não permitiria que suas instituições fossem usadas para praticar, ao contrário de estudar, a religião.<sup>41</sup>

Dworkin diferencia, assim, dois modelos: o modelo de uma sociedade religiosa tolerante sugere que o governo “não deveria estabelecer nenhuma das diferentes religiões às quais muitos de seus cidadãos pertencem como sua religião oficial”<sup>42</sup>; para essa sociedade, a religião é uma importante força capaz de fazer as pessoas melhores, de modo que ao Estado caberia suportar, retórica e financeiramente, tão somente a liberdade religiosa, inclusive daqueles que não têm religião; no modelo de uma sociedade secular tolerante, o Estado seria permissivo e neutro em relação às

---

<sup>41</sup> DWORKIN, Ronald. *Is democracy possible here?: principles for a new political debate*. Princeton: Princeton University Press, 2006.: 59-60. Em tradução livre. Original: “In a tolerant religious community, there can be no objection in principle to teachers’ leading schoolchildren in prayer. Such prayers must of course be designed to be as ecumenical as possible (...). However, a tolerant religious state must take care not to coerce children into reciting even so ecumenical prayer as that, because it must leave them free to reject religion altogether. (...) [But] it might be that children would be reluctant to identify themselves as outsiders in that way and would be pressured into reciting prayers in which they did not believe. Whether prayers would in the end be permitted in public schools in a tolerant religious society would depend on how that empirical psychological issue is resolved. In a tolerant secular society, however, that empirical question would be irrelevant. It would be seen as a wrong principle to make any state institution such as a public school the venue of any exercise of any religion. Of course, a tolerant secular state would permit teaching about religion in public schools; no liberal education would be satisfactory without instruction in the doctrines of and differences between the main religious traditions, the history of religious divisions, and contemporary controversies about what religion should play in public life. But a tolerant society would not allow its institutions to be used for practicing, as distinct from studying, religion.”

<sup>42</sup> *Idem.*: 58.



religiões, mas não deveria aceitar qualquer referência ou insinuação a aspectos religiosos ou antirreligiosos em suas cerimônias ou pronunciamentos públicos.

Seferjan<sup>43</sup> defende que, no modelo apresentado por Dworkin, o Estado brasileiro se aproxima mais do primeiro modelo, como um estado que “acredita na liberdade de crença em razão da especial importância que a religião tem na vida das pessoas”<sup>44</sup>, em detrimento da sociedade secular, que defenderia a completa indiferença ao fenômeno religioso ou antirreligioso. Aponta como aspectos comprovadores da classificação do Estado brasileiro como mais próximo do primeiro modelo a presença da declaração à Deus na Constituição, de objetos e símbolos religiosos em órgãos públicos, entre outros aspectos. Por fim, Seferjan aponta ainda para necessidade de o Estado religioso tolerante agir de tal forma a rejeitar qualquer tipo de manifestação religiosa que eventualmente faça não religiosos se sentirem desconfortáveis no ambiente público.

No que concerne ao relacionamento entre Estado e religião, a fórmula mais abrangente encontrada na Constituição Federal de 1988 está inscrita em seu art. 19, I, no qual foi prevista a possibilidade de aliança entre as duas esferas da vida social - Estado e religião -, condicionada à forma da lei, na medida em que essa aliança pudesse significar uma *colaboração de interesse público*. No constitucionalismo brasileiro contemporâneo, o maior entrave nesse texto é a definição de interesse público, uma expressão demasiadamente aberta e cujos limites ainda mais se embaçam quando o tema é a intersecção do Estado com o fenômeno religioso. O assunto tem muito espaço a ser explorado; no presente estudo, porém, basta esclarecer que, quaisquer que sejam os limites dessa expressão, só haverá relacionamento entre Estado e religião quando a última, devidamente institucionalizada, conseguir penetrar a burocracia estatal. Nesse caso, duas confissões religiosas guardam posição especial: o catolicismo romano e o neopentecostalismo brasileiro.

Como a ADI objeto deste trabalho impugna, além de dispositivo da LDB, dispositivo de uma Concordata entre Brasil e Vaticano, o caso da Igreja Católica será

---

<sup>43</sup> SEFERJAN, Tatiana Robles. Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado na Constituição de 1988. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>44</sup> Idem.

privilegiado como prisma de análise, muito embora a representação neopentecostal em nosso legislativo tenha relevo o bastante para muitas elucubrações.

## **2.2 Brasil e Vaticano: uma relação entre estados nacionais**

De início, destaca-se que a Igreja Católica de Roma é uma instituição milenar, uma das mais antigas em atuação até hoje. Ao longo dos séculos, teve importante papel histórico e político no cenário internacional, sendo um relevante ator no reconhecimento de soberanias e no desenho da geografia política medieval. A sede desta instituição, conhecida como Santa Sé, tem por território o Estado da Cidade do Vaticano, que se localiza nos arredores de Roma, capital da Itália. Esse arranjo estatal foi definido pelo Tratado de Latrão, de 1929, que reconheceu a soberania da Santa Sé, colocando fim, segundo Kertzer, à “Questão Romana”<sup>45</sup>, em suma, uma disputa territorial entre o governo italiano e o Papa, entre 1861 e 1929:

Em outras palavras, o Tratado de Latrão, no seu proêmio, reconhece o Estado do Vaticano como aquele determinado território sobre a qual a Santa Sé goza de independência política absoluta interna e, sobretudo no campo internacional, necessária para a realização de sua missão de envagelização pelo mundo.<sup>46</sup>

Trata-se, enfim, não só da sede internacional de uma confissão religiosa, mas efetivamente de um estado nacional, com representação jurídica, reconhecido pela geopolítica contemporânea. Hoje, 185 Estados mantêm relações diplomáticas com a Santa Sé<sup>47</sup>. Tal configuração, em se tratando de uma religião, é peculiar e única.

Especificamente sobre as relações bilaterais entre Brasil e Vaticano, é precisamente a Concordata que estabeleceu com maior força o vínculo diplomático entre os dois estados nacionais. Segundo Carletti:

---

<sup>45</sup> KERTZER, David I. O Papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.: 132-133.

<sup>46</sup> DE SOUZA, Caetano Salmo. A mediação da Santa Sé na questão do Canal de Beagle, São Paulo: Manole, 2008, p. 108.

<sup>47</sup> Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-01/paises-com-relacoes-diplomaticas-com-a-santa-se.html> Acesso em 25.11.2020.

O convênio internacional assinado entre o Brasil e a Santa Sé configura-se, portanto, como um ato diplomático a todos os efeitos, devido ao reconhecimento internacional da Santa Sé como sujeito soberano de direito internacional. A Igreja Católica, por meio da Santa Sé, sua autoridade suprema, é a única organização religiosa a poder contar com uma vasta rede de relações diplomáticas. Sua atuação internacional tornou-se evidente já no período entre as duas guerras mundiais, reforçando sua posição internacional a partir dos anos 60, quando se realizou o Concílio Vaticano II.<sup>48</sup>

Dessa forma, as relações entre o Estado brasileiro e fenômeno religioso católico romano, já cultural e tradicionalmente estabelecidas, também se conectam umbilicalmente às relações diplomática entre as duas nações, em tudo mais institucionalizadas do que qualquer outro relacionamento congênere. Assim, a possibilidade de acesso e penetração do Catolicismo Romano na burocracia estatal brasileira é incomparável em relação a qualquer outra confissão religiosa, o que sustenta o argumento da impossibilidade da igualdade de condições quando da associação entre os dois entes, seja no campo educacional, seja em qualquer outro.

### **2.3 A Concordata Brasil-Santa-Sé**

O argumento de que a medida da institucionalização de determinada religião condicionará seu relacionamento com o Estado tem por perfeita ilustração o documento sobre o qual se debruça neste tópico. A Concordata firmada entre o Estado Brasileiro e a Santa Sé em 13 de novembro de 2008, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 698, de 7 de outubro de 2009, e promulgado pelo Decreto nº 7.101, de 11 de fevereiro de 2010, é composta de 20 artigos, tratando de diversos assuntos, entre eles a representação diplomática, personalidade jurídica das instituições eclesiásticas, proteção de lugares de culto, assistência espiritual em prisões e outras instituições de internato, reconhecimento de títulos acadêmicos, e o ensino religioso em escolas públicas. Como se detalhará na terceira parte deste trabalho, a Ação Direta de Inconstitucionalidade que levou o ensino confessional nas escolas públicas à discussão do STF impugnava, em sua petição inicial, justamente um dos dispositivos da concordata.

---

<sup>48</sup> CARLETTI, Anna. A diplomacia da Santa Sé: suas origens e sua relevância no atual cenário internacional. In: Diálogo - Relações Internacionais em Perspectiva, n.16, jan-jun 2010. Canoas: Unilasalle, 2010.

Com rápida passagem pelo Congresso Nacional, após exame pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, a Concordata seguiu em regime de urgência para o Plenário, e teve trâmite ainda mais rápido no Senado, ingressando no ordenamento jurídico nacional através de decreto em 2010. Afirmou-se que o texto apenas “consolidava” aspectos já existentes acerca da vida institucional da Igreja Católica no país, foi tido como “documento diplomático” que não traria nenhum fato excepcional, “mas assegura[va] à religião de maior número de fiéis em nosso país um conjunto de garantias que, desde o início da República, não estava completamente configurado”<sup>49</sup>, sem garantir-lhe nenhum privilégio, ou discriminar outras confissões. Noutra direção, entretanto, foi apontado que a “mera existência da Concordata (...) já macula o artigo 19 da Carta”<sup>50</sup>.

Cunha<sup>51</sup> afirma que o texto, diferentemente do que argumentam seus defensores, não seria um texto inócuo, pois arrastaria “o Estado brasileiro para a posição de protagonista nos conflitos internos ao campo religioso, o que é flagrantemente inconstitucional”. Em sua visão, o acordo transferiria para o âmbito estatal uma discussão que deveria estar circunscrita à arena privada. O autor questiona ainda as negociações do acordo feitas em segredo, tendo, posteriormente, rápido trâmite no Congresso Nacional.

Fischmann<sup>52</sup> aponta que, no período anterior e durante a discussão da Concordata - que, como salientado, ocorreu longe dos olhos e das possíveis opiniões do público -, houve a criação e crescimento de grupos e organizações buscando a defesa de um Estado democrático e laico. Cita ainda que documentos anexos à proposição da Concordata no Congresso Nacional, em 2009, demonstram que sua elaboração já se prolongava por dois anos, durante os quais ocorreu troca de textos e negociações entre o Executivo Federal a diplomacia da Santa Sé, sem que viesse a público o conteúdo dessa interlocução. Após essa longa negociação “em *off*”,

---

<sup>49</sup> ANDRADA, 2009, *apud* GIUMBELLI, Emerson. "O Acordo Brasil-Santa Sé." Ciências Sociais e Religião Setembro 2011, 14 ed.

<sup>50</sup> SCHWARTZMAN, 2009, *apud* GIUMBELLI, Emerson. "O Acordo Brasil-Santa Sé." Ciências Sociais e Religião Setembro 2011, 14 ed.

<sup>51</sup> CUNHA, Luiz Antônio. "A Educação na Concordata Brasil-Vaticano." Educ. Soc. jan./abr. 2009: 263-280.

<sup>52</sup> FISCHMANN, Roseli. "A proposta de concordata com a Santa-Sé e o Debate na Câmara Federal." Educ. Soc. maio/ago 2009, 107 ed.: 563-583.

Fischmann questiona, na mesma linha que Cunha, a razão da rápida tramitação no Congresso.

Ultrapassadas as questões iniciais acerca das negociações e da tramitação da Concordata, seguimos para sua materialidade. Entre seus principais assuntos, três artigos são reservados à questão da educação, sendo eles:

#### Artigo 9º

O reconhecimento recíproco de títulos e qualificações em nível de Graduação e Pós-Graduação estará sujeito, respectivamente, às exigências dos ordenamentos jurídicos brasileiro e da Santa Sé.

#### Artigo 10

A Igreja Católica, em atenção ao princípio de cooperação com o Estado, continuará a colocar suas instituições de ensino, em todos os níveis, a serviço da sociedade, em conformidade com seus fins e com as exigências do ordenamento jurídico brasileiro.

§ 1º. A República Federativa do Brasil reconhece à Igreja Católica o direito de constituir e administrar Seminários e outros Institutos eclesiásticos de formação e cultura.

§ 2º. O reconhecimento dos efeitos civis dos estudos, graus e títulos obtidos nos Seminários e Institutos antes mencionados é regulado pelo ordenamento jurídico brasileiro, em condição de paridade com estudos de idêntica natureza.

#### Artigo 11

A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

§1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação.<sup>53</sup>

O conteúdo dos artigos 9º e 10 da concordata mantêm, em suma, o que já vinha acontecendo em território nacional<sup>54</sup>. As principais críticas ao documento, entretanto, pairavam sobre o artigo 11 da Concordata que, conforme afirmam alguns autores<sup>55</sup>,

---

<sup>53</sup> BRASIL. Decreto nº 7107, de 11 de fevereiro de 2010.

<sup>54</sup> CUNHA, Luiz Antônio. "A Educação na Concordata Brasil-Vaticano." Educ. Soc. jan./abr. 2009: 263-280.

<sup>55</sup> CUNHA, Luiz Antônio. "A Educação na Concordata Brasil-Vaticano." Educ. Soc. jan./abr. 2009: 263-280.; FISCHMANN, Roseli. "A proposta de concordata com a Santa-Sé e o Debate na Câmara Federal." Educ. Soc. maio/ago 2009, 107 ed.: 563-583.; MANGUEIRA, Hugo Alexandre Espínola. Acordo Brasil-Santa Sé: Uma Análise Jurídica . João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

traria novidades no cenário do ensino religioso ao apontar seu modelo como pautado pela confessionalidade.

Tendo em vista o histórico apresentado no primeiro capítulo do presente trabalho, a questão do ensino religioso sempre foi uma área de disputa política no cenário brasileiro, com grandes grupos de pressão em ambos os lados. Com o crescimento da representatividade das igrejas evangélicas nos legislativos locais e federal, as demandas relacionadas à religião passaram a constituir pauta entre nossos parlamentares. Com vistas a essa disputa, Cunha afirma que o artigo 11 estaria em total desacordo com a LDB e a Constituição ao tomar partido entre forças que dividem o campo religioso, “com o que o Estado brasileiro nada tem a ver”<sup>56</sup>. Fischmann<sup>57</sup> também aponta a inconstitucionalidade do artigo 11 ao “obrigar o ensino religioso católico em todas as escolas públicas, apresentando-se como imposição às instituições públicas de ensino”.

Mangueira<sup>58</sup> afirma estar o §1º do artigo 11 da Concordata em colisão direta com o art. 33 da LDB e com os art. 5º, VI, 19, I, 205, 206 e 214 da Constituição Federal ao determinar que o ensino religioso seja “católico ou de outras confissões”, pois estabelece um modelo de ensino religioso confessional, em desacordo com o preceituado na LDB que veda “quaisquer formas de proselitismo”. Para ele “assegurar o ensino religioso de determinada religião nas escolas de ensino fundamental, às expensas do Estado, constitui uma forma de proselitismo”<sup>59</sup>. Em suas palavras:

A LDBEN propõe um ensino religioso que contemple conteúdos plurais, regulamentados pelos sistemas de ensino com base nas especificidades culturais e religiosas regionais, ouvindo as diferentes denominações religiosas (art. 33, §§1º e 2º). (...) Ademais, a República Federativa do Brasil, como um Estado Laico (CF, art. 19, I), deve assumir-se com a devida neutralidade quanto às opções dos seus cidadãos em acreditar em Deus ou não, possuir uma religião ou não, inclusive para os alunos matriculados na disciplina Ensino Religioso (CF, art. 5º, VI).<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> CUNHA, Luiz Antônio. "A Educação na Concordata Brasil-Vaticano." Educ. Soc. jan./abr. 2009: 263-280.

<sup>57</sup> FISCHMANN, Roseli. "A proposta de concordata com a Santa-Sé e o Debate na Câmara Federal." Educ. Soc. maio/ago 2009, 107 ed.: 563-583.

<sup>58</sup> MANGUEIRA, Hugo Alexandre Espínola. Acordo Brasil-Santa Sé: Uma Análise Jurídica. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

<sup>59</sup> MANGUEIRA, Hugo Alexandre Espínola. Acordo Brasil-Santa Sé: Uma Análise Jurídica. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.: 101-102.

<sup>60</sup> *Idem.*: 102.

Diferentemente, Giumbelli afirma, citando a ADI Nº 4439, objeto do presente trabalho, que mesmo com o artigo 11 da Concordata, pouco se altera no cenário brasileiro, pois, segundo ele, “há outras forças que impedem a disseminação do modelo confessional”<sup>61</sup>. Noutra direção, entretanto, Giumbelli já argumentou, antes do julgamento ter se ultimado, que, no caso de uma decisão do STF no sentido de declarar possível apenas o ensino em sua modalidade não-confessional, o modelo confessional ficaria seriamente comprometido, mesmo com o apoio da Concordata. Para ele, a Concordata seria dotada de uma natureza “revelatória”, trazendo visibilidade e debate para algo que se encontra proposto em (quase) todas as Constituições Brasileiras, com exceção da Constituição da Primeira República, de 1891. Em sua análise, determinante para o cumprimento ou não do ensino confessional seriam próprias forças sociais e políticas presentes no cenário brasileiro, tendo em vista a grande resistência contra esse modelo<sup>62</sup>.

Neto e Sarlet<sup>63</sup>, por outro lado, afirmam que, mesmo que a Concordata implique no modelo confessional, se isso não significar envolvimento excessivo do Estado, seu conteúdo é totalmente compatível com o sistema constitucional. Afirmam ter a Constituição assegurado a autonomia dos estudantes ao prever a facultatividade do ensino religioso, e que retirar a opção do ensino religioso confessional poderia configurar um “paternalismo estatal”<sup>64</sup>. Feita essa aproximação analítica ao texto da Concordata e tendo por pano de fundo o desenvolvimento histórico do tema feito no primeiro capítulo, bem como o aporte teórico sobre a questão da laicidade no capítulo presente, apresenta-se a seguir a ADI do ensino religioso propriamente dita.

---

<sup>61</sup> GIUMBELLI, Emerson. "O Acordo Brasil-Santa Sé." Ciências Sociais e Religião Setembro 2011, 14 ed.

<sup>62</sup> *Idem*.

<sup>63</sup> NETO, Jayme Weingartnet and Ingo Wolfgang SARLET. "Liberdade Religiosa no Brasil com Destaque para o Marco Jurídico-Constitucional e a Jurisprudência do STF." REPATS 3.2 (2016): 59-104.

<sup>64</sup> *Idem*.

### 3 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: ADI Nº 4439

#### 3.1 Questões controvertidas em debate

A Procuradoria Geral da República propôs, em 2010, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4439, em que visava a impugnar o artigo 33, caput e §§1º e 2º da Lei 9.394/1996, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para que se desse *interpretação conforme*<sup>65</sup> de que o ensino religioso poderia ocorrer apenas em sua dimensão não-confessional, não podendo ser admitidos professores representantes de confissões religiosas, e que se desse *interpretação conforme*, no mesmo sentido, também ao artigo 11, §1º, do “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil”, aprovado pelo Congresso Nacional por meio do do Decreto Legislativo nº 698/2009 e promulgado pela Presidência da República por meio do do Decreto 7.107/2010. Subsidiariamente, caso não fosse possível tal interpretação do artigo 11 do Acordo mencionado, requeria que fosse declarada a inconstitucionalidade do trecho “católico e de outras confissões religiosas” do §1º do mesmo artigo.

Argumentava haver violação do princípio do Estado laico, elencado no art. 19 da Constituição Federal de 1988, pois tais dispositivos gerariam demasiada dependência entre o Estado e as confissões religiosas, assim como promoveriam uma forma de subvencionar as crenças majoritárias, que seriam contempladas com o Ensino Religioso, o que violaria os incisos I e III do artigo citado. Apontava também violação do art. 227 da Constituição Federal, uma vez que o ensino religioso sem a estrita observância da não-confessionalidade deixaria de promover a autonomia do educando e promoveria constrangimentos, discriminando indevidamente crianças e adolescentes.

Apontava ainda, tendo por base pesquisas desenvolvidas em estudos das pesquisadoras Débora Diniz, Tatiana Lionço e Vanessa Carrião, que haveria identidade entre o que chamavam de ensino interconfessional e o ensino confessional, não sendo possível nenhuma destas modalidades no ambiente público, pois,

---

<sup>65</sup> “O STF está autorizado a apreciar a inconstitucionalidade de dada norma, ainda que seja para dela extrair interpretação conforme à CF, com a finalidade de fazer incidir conteúdo normativo constitucional dotado de carga cogente cuja produção de efeitos independa de intermediação legislativa.” Fonte: ADI 4.430, rel. min. Dias Toffoli, j. 29-6-2012, P, DJE de 19-9-2013.



enquanto no segundo é clara a profissão de uma fé, o primeiro, por partir de um “consenso” entre as religiões, daria vazão para que as crenças dominantes se valessem de sua posição para desenvolver suas bases e valores.

Sustentava, por fim, que o único modelo capaz de compatibilizar o Estado Laico e o Ensino Religioso seria aquele cujo conteúdo programático consistisse na exposição das doutrinas, práticas, história e dimensão social das diferentes religiões, assim como posições não-religiosas. Em quinze de junho de 2015, o Ministro Luís Roberto Barroso, relator da ADI Nº 4439, convocou Audiência Pública para debater a matéria. Participaram da Audiência Pública representantes de 31 entidades religiosas e entidades civis ligadas à Educação, entre elas muitas que atuaram como *amici curiae*<sup>66</sup> na ação. A tabela abaixo resume as atividades da Audiência, tendo os representantes de cada entidade se manifestado oralmente por quinze minutos.

### ADI Nº 4439 – Ensino Religioso nas Escolas Públicas

#### Audiência Pública – Quadro-Resumo

Nº	Representando	Orador	Posição	Observações
1	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)	Roberto Franklin de Leão	<b>NE</b>	
2	Conselho Nacional de Secretários de Educação	Eduardo Deschamps	<b>NC/IC</b>	Afirmou ser o ER parte integrante da formação do educando, devendo ser determinados parâmetros comuns para sua prestação.
3	Confederação Israelita do Brasil	Roseli Fischman	<b>NE</b>	Afirmou que o ensino religioso não pode ser

---

<sup>66</sup> “*Amicus curiae* ou amigo da corte ou também amigo do tribunal (*amici curiae*, no plural) é uma expressão em Latim utilizada para designar uma instituição que tem por finalidade fornecer subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo-lhes melhor base para questões relevantes e de grande impacto.” Fonte: NOVO, Benigno Nuñez. *Amicus Curiae: Análise da figura do amicus curiae trazida pelo Código de Processo Civil. A origem, conceito, a natureza jurídica e quais são os limites e os direitos que o abarcam.* Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10419/Amicus-Curiae> Acesso em 25 de outubro de 2020.

				subsidiado pelo Estado, devendo ocorrer em horário contrário ao da Escola.
4	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Antônio Carlos Biscaia	<b>C</b>	Ressaltou a afirmação da diversidade e da liberdade de consciência e crença no art. 11 do Acordo. Afirmou, também, “ter dúvida” sobre a constitucionalidade do ensino interconfessional, pois violaria a liberdade de consciência e crença, assim como o direito de associar-se ou manter-se associado.
5	Convenção Batista Brasileira	Vanderlei Batista Marins	<b>NE</b>	
6	Federação Espírita Brasileira	Alvaro Crispino	<b>NE/NC</b>	
7	Federação das Associações Muçulmanas do Brasil	Ali Hussein El Zoghbi	<b>NC/IC</b>	Afirmou que o ER deveria ocorrer em um modelo ecumênico.
8	Comissão Jurídica Nacional da Convenção Geral da Assembleia de Deus no Brasil/Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral da Assembleia de Deus no Brasil	Abiezer Apolinário da Silva/Douglas Roberto de Almeida Batista	<b>C</b>	Afirmou que o ER não deveria ser matéria obrigatória.
9	Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab) e Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno	Antônio Gomes da Costa Neto	<b>NC</b>	Afirmou a necessidade de serem elaboradas diretrizes curriculares nacionais sobre o ER.

10	Convenção Nacional das Assembleias de Deus – Ministério de Madureira	Ivam Bomfim da Silva	<b>NE</b>	
11	Liga Humanista Secular do Brasil	Thiago Gomes Viana	<b>NE/NC</b>	
12	Sociedade Budista Brasileira	João Paulo Nery Rafael	<b>Não Opinou</b>	
13	Centro de Raja Yoga Brahma Kumaris	Tereza Cristina Bernardes de Carvalho	<b>NE</b>	Afirmou dever ter no lugar do ER um ensino de valores.
14	Igreja Universal do Reino de Deus	Renato Gugliano Herani	<b>NC</b>	“O Brasil nasceu cristão, mas amadureceu plurirreligioso”. Afirmou dever ser o ER sobre religião, não da religião.
15	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS	Débora Diniz	<b>NE/NC</b>	Demonstrou preocupação com o conteúdo do material didático utilizado na disciplina.
16	Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação	Salomão Barros Ximenes	<b>NE</b>	
17	Amicus DH – Grupo de Atividade de Cultura e Extensão da Faculdade de Direito da USP	Virgílio Afonso da Silva	<b>NE/NC</b>	Afirmou que não deveria ser ofertado o ER nos 5 primeiros anos do Ensino Fundamental, mas apenas nas turmas mais avançadas.
18	Associação Inter-Religiosa de Educação e Cultura	Elói Correa dos Santos	<b>NC/IC</b>	Falou sobre a elaboração do material didático em comunhão com várias confissões,

				assim como com acadêmicos da área.
19	Comissão Permanente de Combate às Discriminações e Preconceitos de Cor, Raça, Etnia, Religiões e Procedência Nacional	Deputado Estadual Carlos Minc (PT-RJ)	<b>NE/NC</b>	Afirmou o ER como fonte de intolerância, principalmente de mulheres e religiões de matriz africana.
20	Conectas Direitos Humanos	Oscar Vilhena Vieira	<b>NC</b>	Afirmou ter a exceção art. 210 em relação à regra do art. 19 interpretação restrita, proibindo a subvenção a qualquer religião.
21	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)	Leonel Piovezana	<b>NC/IC</b>	Apontou a necessidade do ER para o desenvolvimento e formação problematizadora dos alunos, mas que o ensino confessional acaba por ser fonte de doutrinação e segregação, contrário à formação autônoma e cidadã do indivíduo.
22	Observatório da Laicidade na Educação	Luiz Antônio da Cunha	<b>NE/NC</b>	
23	Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação	Luiz Roberto Alves	<b>NE/NC</b>	Afirmou que o ER no modelo confessional e o Acordo com a Santa Sé não somente ultrapassam a proposta da LDB, como de fato a negam.
24	Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos	Gilbraz Aragão	<b>NC/IC</b>	Pediu que o STF aceite a ação da PGR. Afirmou a necessidade

	Humanos da Presidência da República			de diretrizes nacionais para o ER e para formação de seus professores, objetivando a formação de indivíduos críticos e tolerantes. O ER seria composto por estudo de valores, do fenômeno religioso, da transcendência e do sagrado, estudando a religião como questão, e não como dado.
25	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião	Wilhem Wachholz	<b>NC/IC</b>	Falou do ER como necessário na formação de cidadãos críticos e tolerantes.
26	Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB)	Gilberto Antonio Viana Garcia	<b>NC</b>	
27	Associação Nacional de Advogados e Juristas Brasil-Israel	Carlos Alberto Schlesinger	<b>NE/NC</b>	
28	Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família	Deputado Pastor Eurico	<b>C</b>	
29	Representante da Arquidiocese do Rio de Janeiro e Embaixador do Brasil Junto à Santa Sé na Celebração do Acordo	Luiz Felipe de Seixas Corrêa	<b>C</b>	Afirmou que não seria possível o interconfessional, pois não haveria uma religião originária da congregação das muitas religiões. Da leitura do acordo, assim como do art. 210 da CF e do art. 33 da LDB, se apontaria para

				um ensino confessional.
30	Consultor da Câmara dos Deputados	Manoel Moraes	<b>C</b>	Ponderou sobre a autodeterminação dos estados para regular sobre matéria educacional.
31	Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Daniel Sarmento	<b>NC</b>	Afirmou que a mera facultatividade não é suficiente pela pressão psicológica e social existente sobre os alunos, tornando o ER excludente ou maléfico. Questiona o ER sem financiamento do Estado, pois “o dinheiro não deve poder comprar” a possibilidade de ensinar nas escolas. Total acolhimento da ADI Nº 4439.

**ER** – Ensino religioso;

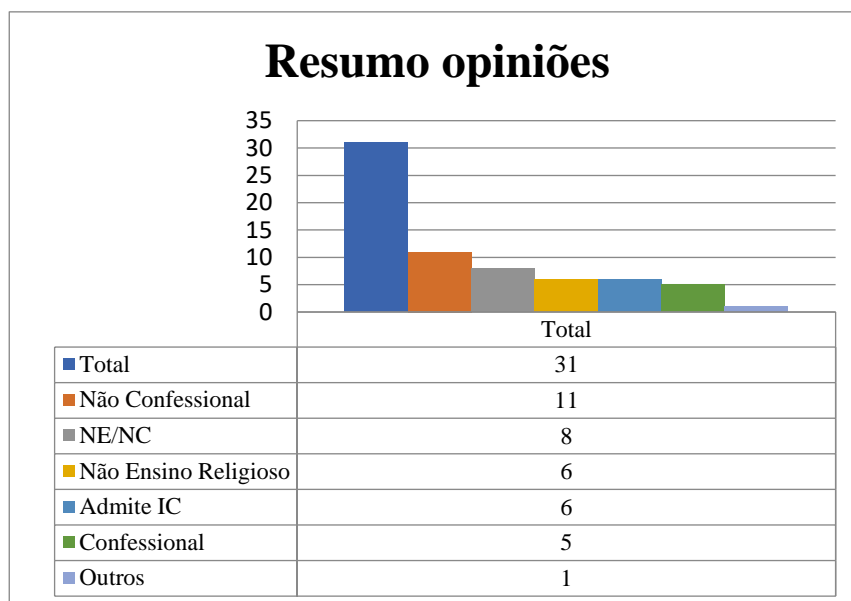
**C** – Favorável ao ensino religioso confessional;

**NC** – Contrário ao ensino religioso confessional;

**NE** – Contrário ao ensino religioso em qualquer modelo;

**NE/NC** – Contrário ao ensino religioso em qualquer modelo, mas, estando previsto na Constituição, advoga pelo modelo não confessional;

**IC** – Admite o ensino interconfessional;



### 3.2 Dos julgados alienígenas citados na petição inicial: análise crítica

Ao questionar a questão do Ensino Religioso nos modelos confessional e interconfessional, a Procuradoria Geral da República levantou controvérsias correlatas em outras jurisdições, a fim de levar ao STF uma mostra de como outros países haviam lidado com o tema da religião em intersecção com o Estado. De início, cita a jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão *na qual se afirmou a inconstitucionalidade da presença de crucifixos em salas de aula de escolas públicas*<sup>67</sup>.

Relevante observar que questão semelhante já foi objeto de apreciação pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo proferido entendimento distinto, no sentido de que a presença de crucifixos e símbolos religiosos em Tribunais “*não exclui ou diminui a garantia dos que praticam outras crenças, também não afeta o Estado laico, porque não induz nenhum indivíduo a adotar qualquer tipo de religião, como também não fere o direito de quem quer que seja*” (Pedido de Providências nº 0001058-48.2012.2.00.000). Em outros precedentes daquele Conselho, entendimento semelhante foi proferido (Pedidos de Providências nºs 1344, 1345, 1346 e 1362),

<sup>67</sup> Item 42 da petição inicial. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=3926392> Acesso em 25.11.2020.

salientando-se que o crucifixo é mais um símbolo cultural e tradicional do que religioso.

Outro julgado invocado na petição inicial<sup>68</sup> é a decisão de primeira instância proferida pela Corte Europeia de Direitos Humanos, em 2009, para o caso *Lautsi v. Itália*, na qual se afirmou que a presença do crucifixo, ligado à religião cristã, seria interpretado facilmente pelos estudantes como símbolo de que estavam sendo educados em um ambiente com uma religião definida, o que poderia ser emocionalmente perturbador para estudantes de outras religiões ou que não professassem nenhuma religião. Esse entendimento, entretanto, é bom assinalar, foi posteriormente reformado pela Corte Europeia, em 2011 - convém lembrar que a ADI foi apresentada em 2010 -, em decisão de 15 votos a 2. Os juízes do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, afinal, aceitaram a tese segundo a qual não há nenhuma evidência que prove qualquer influência na exibição do crucifixo aos alunos.

Já no quadro norte-americano, conforme sublinhado na petição inicial, a questão da separação entre o Estado e a Igreja se encontra presente na Primeira Emenda, que afirma:

*O Congresso não fará nenhuma lei privilegiando uma religião, ou proibindo o seu livre exercício; ou restringir a liberdade de expressão ou de imprensa; ou o direito do povo de se reunir pacificamente e de apresentar petições ao Governo para a reparação das queixas.*<sup>69</sup>

O caso *Engel v. Vitale*, por sua vez, em uma decisão de 6 votos a 1, banuiu das escolas públicas a leitura da chamada *Regent's Prayer*, uma oração “não-denominal” autorizada pelo estado de Nova Iorque a ser realizada, todos os dias, no início das aulas, voluntariamente. A prece, composta pelo Conselho Estadual de Regentes, afirmava: “*Almighty God, we acknowledge our dependence upon Thee, and beg Thy*

---

<sup>68</sup> Item 43 da petição inicial. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=3926392> Acesso em 25.11.2020.

<sup>69</sup> Estados Unidos da América. Constituição, 1787. Em tradução livre. Original. “*Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances.*”



*blessing upon us, our teachers and our country*". Como apontado por Cushman<sup>70</sup>, a decisão foi recebida com uma onda de protestos e membros de ambas as Casas do Congresso começaram a trabalhar em uma emenda que anulasse a decisão. Novamente, o Ministro Hugo Black proferiu a decisão da maioria afirmando:

*A Establishment Clause, ao contrário da Free Exercise Clause, não depende de qualquer demonstração de compulsão governamental direta e é violada pela promulgação de leis que estabelecem uma religião oficial, quer essas leis operem diretamente para coagir indivíduos que não professam ou não essa religião. (...) Quando o poder, o prestígio e o apoio financeiro do governo são colocados por trás de uma crença religiosa em particular, a pressão coercitiva indireta sobre as minorias religiosas para se conformar à religião prevalecente oficialmente aprovada é evidente.*

(...)

*Argumentou-se que aplicar a Constituição de maneira a proibir as leis estaduais que respeitam o estabelecimento de serviços religiosos em escolas públicas é indicar hostilidade em relação à religião ou a uma oração. Nada, é claro, poderia estar mais errado. (...) Não é um sacrilégio nem antirreligioso dizer que cada governo separado neste país deve ficar fora do trabalho de escrever ou sancionar orações oficiais e deixar essa função puramente religiosa para o próprio povo e para aqueles que o povo escolher cuidar para orientação religiosa.*

(...)

Nas palavras de James Madison, o autor da Primeira Emenda:

*'É apropriado ficarmos alarmados no primeiro experimento sobre nossas liberdades ... Quem não vê que a mesma autoridade que pode estabelecer o cristianismo, com exclusão de todas as outras religiões, pode estabelecer com a mesma facilidade qualquer seita particular de cristãos, com exclusão de todas as outras seitas? Que a mesma autoridade que pode obrigar um cidadão a contribuir apenas com três pence de sua propriedade para o sustento de qualquer estabelecimento, pode obrigá-lo a conformar-se a qualquer outro estabelecimento em todos os casos.'*<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> CUSHMAN, Robert E. *Leading Constitutional Decisions*. 12. New York: Meredith Publishing Company, 1963.: 185.

<sup>71</sup> CUSHMAN, Robert E. *Leading Constitutional Decisions*. 12. New York: Meredith Publishing Company, 1963.: 188-190. Em tradução livre. Original: "*The Establishment Clause, unlike the Free Exercise Clause, does not depend upon any showing of direct governmental compulsion and is violated by the enactment of laws which establish an official religion whether those laws operate directly to coerce nonobserving individuals or not. (...) When the power, prestige and financial support of government is placed behind a particular religious belief, the indirect coercive pressure upon religious minorities to conform to the prevailing officially approved religion is plain.*

(...)

*It has been argued that to apply the Constitution in such a way as to prohibit state laws respecting an establishment of religious services in public schools is to indicate a hostility toward religion or toward a prayer. Nothing, of course, could be more wrong. (...) It is neither sacrilegious nor antireligious to say that each separate government in this country should stay out of the business of writing or sanctioning official prayers and leave that purely religious function to the people themselves and to those the people choose to look for religious guidance.*

(...)

Em sentido semelhante ao caso *Engel v. Vitale*, o caso *Abington School District v. Schempp* discutiu lei estadual que requeria a leitura de pelo menos dez versículos da Bíblia, sem comentários, ao início de cada dia de aula, pelos estudantes nas escolas públicas do estado da Pensilvânia. Após a leitura da Bíblia, os alunos eram requeridos a recitar a oração do Pai Nosso. Os alunos poderiam ser escusados dessa prática através de nota escrita pelos pais e entregue à escola<sup>72</sup>. Em votação de 8-1, a Corte decidiu que haveria violação tanto da *Free Exercise Clause* quanto da *Establishment Clause*, por se tratarem de tais leituras, basicamente, de cerimônias religiosas<sup>73</sup>.

Já o caso *Lee v. Weisman* tratou de um costume de várias cerimônias de graduação de convidar líderes religiosos para realizar orações nas cerimônias. Um colégio de Rhode Island convidou um rabino para realizar uma oração, recomendando que fosse inclusiva, e, portanto, o menos sectária possível. A aluna Deborah Weisman contestou essa prática em graduações em escolas públicas. O Magistrado Anthony Kennedy, expressando a opinião da Corte, afirmou:

Pensamos que o Estado não pode, de acordo com a *Establishment Clause*, colocar crianças do ensino fundamental e médio nesta posição. A pesquisa em psicologia apoia a suposição comum de que os adolescentes são frequentemente suscetíveis à pressão de seus pares para a conformidade, e que a influência é mais forte em questões de convenção social. Reconhecer que a escolha imposta pelo Estado constitui uma restrição inaceitável apenas reconhece que o governo não pode mais usar pressão social para fazer cumprir a ortodoxia do que usar meios mais diretos.

(...) O constrangimento e a intromissão do exercício religioso não podem ser refutados pelo argumento de que essas orações têm caráter pouco relevante. (...) O fato de a intromissão ter ocorrido no que diz respeito a uma seita não diminui a ofensa ou o isolamento dos opositores. Na melhor das hipóteses,

---

[T]o say in the words of James Madison, the author of the First Amendment:

*'[I]t is proper to take alarm at the first experiment on our liberties.... Who does not see that the same authority which can establish Christianity, in exclusion of all other Religions, may establish with the same ease any particular sect of Christians, in exclusion of all the other Sects? That the same authority which can force a citizen to contribute three pence only of his property for the support of any one establishment, may force him to conform to any other establishment in all cases whatsoever.'*

<sup>72</sup> HAYNES, Charles C., Sam CHALTAİN and John E. FERGUSON. The First Amendment in Schools. Alexandria: Association for Supervision & Curriculum Development (ASCD), 2003., 2003.: 124.

<sup>73</sup> Chicago-Kent College of Law at Illinois Tech. "School District of Abington Township, Pennsylvania v. Schempp." Disponível em <https://www.oyez.org/cases/1962/142> Acesso em 25.11.2020.

isso reduz seu número, na pior, aumenta sua sensação de isolamento e afronta.<sup>74</sup>

Em decisão de 5-4, a Suprema Corte Estadunidense decidiu que as escolas não poderiam promover, tanto direta quanto por meio de um convidado, atividades religiosas nas graduações. O entendimento majoritário foi de que a *Establishment Clause* veda qualquer ação que implique uma coerção em participar de alguma atividade de natureza religiosa, e que os estudantes estariam sobre sublimar coerção<sup>75</sup>. De se verificar que as decisões da Suprema Corte Americana na matéria, tem sempre por base o alcance conferido à *Establishment Clause*, que traria o conceito de laicidade de uma forma bastante clara e sintetizada.

Ainda que a utilização da experiência estrangeira enquanto recurso persuasivo tenha um interessante lugar na discussão do caso, trazendo ao conhecimento dos magistrados relevantes decisões que analisaram controvérsias próximas, a Constituição Brasileira – de conhecido caráter analítico –, diferentemente da sintética Constituição Estadunidense, por exemplo, não apenas enuncia o caráter laico do Estado Brasileiro, mas traz dispositivos outros que versam a temática Estado-Religião, dentre os quais o art. 210, §1º, o qual dispõe textualmente que o ensino *religioso* constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, e terá caráter facultativo. A matéria, portanto, exigia análise sistemática da Constituição Federal, como foi tentado até o julgamento final da ação, em 2017.

De todo modo, independentemente do que viria a ser decidido sobre a confessionalidade ou não do ensino religioso nas escolas públicas, a matéria da ADI Nº 4439 gerava outro questionamentos, tais como: como se daria a seleção para

---

<sup>74</sup> STONE, Geoffrey R., et al. *Constitutional Law*. 6ª. New York: Aspen Publishers, 2009., p. 1463-1464. Em tradução livre. Original: “[W]e think the State may not, consistent with the *Establishment Clause*, place primary and secondary school children in this position. Research in psychology supports the common assumption that adolescents are often susceptible to pressure from their peers towards conformity, and that the influence is strongest in matters of social convention. To recognize that the choice imposed by the State constitutes an unacceptable constraint only acknowledges that the government may no more use social pressure to enforce orthodoxy than it may use more direct means.

(...) *The embarrassment and the intrusion of the religious exercise cannot be refuted by arguing that these prayer [are] of a de minimis character. (...) That the intrusion was in the than pertaining to one sect does not lessen the offense or isolation to the objectors. At best it narrows their number, at worst it increases their sense of isolation and affront.*”

<sup>75</sup> HAYNES, Charles C., Sam CHALTAİN and John E. FERGUSON. *The First Amendment in Schools*. Alexandria: Association for Supervision & Curriculum Development (ASCD), 2003, 2003.: 138

professores de ensino religioso no modelo não-confessional?; seria possível que os professores de história já concursados ministrassem a disciplina (que afinal teria por objeto lecionar “a história das religiões” e temas correlatos? seria possível que representantes de confissões religiosas participassem da definição do conteúdo da disciplina? Caso contrário, quais profissionais o fariam?; entre outros.

### **3.3 Do julgamento final da ação**

Entre a propositura da ADI e o trânsito em julgado do acórdão que lhe deu solução transcorreram-se 8 anos. A ADI Nº 4439, afinal, foi julgada improcedente, por maioria, em 27 de setembro de 2017. O pedido principal era que se desse interpretação conforme a Constituição dos art. 33, caput e §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/1996 e do art. 11, § 1º do Acordo Brasil-Santa Sé, a fim de que fosse proibido o ensino confessional bem como a contratação de representantes das instituições religiosas como professores do ensino público para que ministrassem a disciplina de ensino religioso.

A questão de fundo, por sua sensibilidade social, permitiu que a sociedade civil participasse do julgamento de maneira bastante diversificada, por meio do instituto do *amicus curiae*. O Relator da matéria, Ministro Luís Roberto Barroso, admitiu como amigos da corte as seguintes entidades: Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER, Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Associação Nacional De Educação Católica do Brasil (ANEC), Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro (GLMERJ), Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, Conectas Direitos Humanos, Ecos - Comunicação em Sexualidade, Comitê Latino-Americano e do Caribe Para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), Relatoria Nacional Para o Direito Humano à Educação da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DHESCA Brasil), Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, Liga Humanista Secular Do Brasil – LIHS, União Dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro – UJUCARJ, Associação dos Juristas Católicos do Rio Grande do Sul, União Dos Juristas Católicos de São Paulo – UJUCASP, A Clínica de Direito Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Clínica UERJ Direitos, Centro Acadêmico Xi De Agosto – USP, ANAJURE -

Associação Nacional E Juristas Evangélicos. Além disso, diferentes instituições participaram da audiência pública sobre o tema, com posicionamentos já sinteticamente apontados neste trabalho.

Após as contribuições dos *amici curiae* e dos participantes da audiência pública, emergiram os votos dos 11 magistrados que compõem o STF. O Ministro Luís Roberto Barroso, Relator da ADI Nº 4439, adotou um firme posicionamento no sentido de que permitir o ensino confessional (ou mesmo o interconfessional) feriria o princípio da laicidade do estado, quebrando a separação entre Estado e Igreja que vige no Brasil desde a Primeira República. Ademais, para ele, o modelo da confessionalidade violaria a liberdade religiosa daqueles alunos que praticam religiões minoritárias ou, no sentido do argumento da institucionalidade das religiões que se relacionam com o Estado, as menos institucionalizadas. Nesta direção, vale transcrever trecho de seu voto:

(...) em ambos os cenários (ensino confessional e interconfessional) O Estado afeta a garantia de liberdade religiosa, ao criar um ambiente escolar incapaz de assegurar a liberdade religiosa dos alunos que professam as crenças não representadas nas aulas. No espaço da escola pública, o Estado jamais pode pretender estimular ou desestimular, prescrever ou proibir a adoção de qualquer crença. Ao contrário, ao Poder Público incumbe o dever de assegurar que todos os educandos possam exercer o direito de aderir (ou não) a uma crença e professá-la, individual ou coletivamente, por meio de seus ritos e cultos, sem coerção ou discriminação e respeitando-se, sempre, a autonomia familiar. Durante o ensino fundamental, tais deveres de proteção são potencializados. Crianças e adolescentes, ainda em fase de desenvolvimento de sua personalidade e autonomia, são especialmente influenciáveis por seus professores e colegas e querem sentir-se aceitos e integrados em suas turmas. A sensação de n “n” colegas, pode levá-los a não expressarem suas preferências religiosas, bem como produzir uma perniciosa diminuição de sua autoestima e estigmatização face à comunidade escolar.<sup>76</sup>

O posicionamento do relator, contrário às hipóteses de confessionalidade, caminhou na mesma direção daquela da maioria dos *amici curiae* admitidos no curso do processo, qual seja, o da procedência da ação ajuizada pelo Ministério Público Federal. Na conclusão de seu voto, a única modalidade de ensino religioso que

---

<sup>76</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 4.439, rel. min. Roberto Barroso, j. 27.7.2017, P, DJE de 21.6.2018.

atenderia nossa ordem constitucional seria a não confessional, ministrada *de modo plural, objetivo e neutro*, vedada a admissão de professores que fosse também representantes de qualquer religião. No Plenário, porém, Barroso foi seguido por outros 4 ministros (Luiz Fux, Rosa Weber, Marco Aurélio e Celso de Mello), de modo a se formar maioria pela improcedência da ação, com divergência inaugurada já no início do julgamento, com o voto proferido pelo então ministro mais moderno da casa, Alexandre de Moraes, a quem competiu lavrar o acórdão.

Para o Ministro Alexandre de Moraes, em interpretação diversa da do Relator, dar interpretação conforme aos dispositivos impugnados proibindo o caráter confessional do ensino religioso seria o mesmo que impor *censura prévia à livre manifestação de concepções religiosas em sala de aula, mesmo em disciplinas com matrícula facultativa, transformando o ensino religioso em uma disciplina neutra com conteúdo imposto pelo Estado em desrespeito à liberdade religiosa*<sup>77</sup>. Para ele, pensar num modelo neutro resultaria numa concepção estatal oficial de religião, impedindo que as diversas confissões se fizessem desenvolver sem qualquer embaraço por parte do Estado. Sua linha interpretativa colocou como centro de atenção, no caso vertente, a autonomia das organizações religiosas. De seu voto, vale a seguinte transcrição:

Em conclusão, quem, exemplificadamente, pretender ter um ensino religioso cristão, obrigatoriamente, precisará ter acesso à Bíblia, cuja interpretação católica, luterana, calvinista, anglicana, pentecostal não é absolutamente idêntica; caso seja ESPÍRITA, também precisará extrair ensinamento do Livro dos Espíritos e ao Evangelho Segundo o Espiritismo, ambos de ALLAN KARDEC. Por outro lado, esses textos serão substituídos pelo estudo judaico do Torá; ou pela análise do Corão no islamismo. Se for adepto de uma das RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA, precisará estudar o culto aos orixás, o “jogo de búzios” ou “ifá”, caso adote o Candomblé; ou o estudo dos rituais dos espíritos de Caboclos, Pretos-Velhos, Baianos, Exus, Pombos Gira, caso adote a Umbanda.

Em todas essas hipóteses, e no ensino das demais confissões religiosas, insisto, a neutralidade não existe, pois os ensinamentos e o aprendizado se baseiam, fundamentalmente, nos dogmas de fé, que não podem ser substituídos por narrativas gerais, meramente descritivas, neutras e contraditórias.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.ADI 4.439, rel. min. Roberto Barroso, j. 27.7.2017, P, DJE de 21.6.2018.

<sup>78</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.ADI 4.439, rel. min. Roberto Barroso, j. 27.7.2017, P, DJE de 21.6.2018.

Acompanhando suas razões, os ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski fizeram com que a Corte se dividisse em 5 votos a 5, com voto de minerva da então presidente, Ministra Carmem Lúcia, pela improcedência da ação, permitindo o ensino religioso confessional nas escolas públicas, com conteúdo ministrado por professores na qualidade de representantes de confissões religiosas, com a justificativa de que a Constituição previu a facultatividade exatamente para garantir a liberdade religiosa. Afinal, o acórdão lavrado pelo Ministro Alexandre de Moraes ganhou a seguinte ementa:

ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS. CONTEÚDO CONFESSIONAL E MATRÍCULA FACULTATIVA. RESPEITO AO BINÔMIO LAICIDADE DO ESTADO/LIBERDADE RELIGIOSA. IGUALDADE DE ACESSO E TRATAMENTO A TODAS AS CONFISSÕES RELIGIOSAS. CONFORMIDADE COM ART. 210, §1º, DO TEXTO CONSTITUCIONAL. CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 33, CAPUT E §§ 1º E 2º, DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DO ESTATUTO JURÍDICO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL PROMULGADO PELO DECRETO 7.107/2010. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE. 1. A relação entre o Estado e as religiões, histórica, jurídica e culturalmente, é um dos mais importantes temas estruturais do Estado. A interpretação da Carta Magna brasileira, que, mantendo a nossa tradição republicana de ampla liberdade religiosa, consagrou a inviolabilidade de crença e cultos religiosos, deve ser realizada em sua dupla acepção: (a) proteger o indivíduo e as diversas confissões religiosas de quaisquer intervenções ou mandamentos estatais; (b) assegurar a laicidade do Estado, prevendo total liberdade de atuação estatal em relação aos dogmas e princípios religiosos. 2. A interdependência e complementariedade das noções de Estado Laico e Liberdade de Crença e de Culto são premissas básicas para a interpretação do ensino religioso de matrícula facultativa previsto na Constituição Federal, pois a matéria alcança a própria liberdade de expressão de pensamento sob a luz da tolerância e diversidade de opiniões. 3. A liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e compreende não somente as informações consideradas como inofensivas, indiferentes ou favoráveis, mas também as que possam causar transtornos, resistência, inquietar pessoas, pois a Democracia somente existe baseada na consagração do pluralismo de ideias e pensamentos políticos, filosóficos, religiosos e da tolerância de opiniões e do espírito aberto ao diálogo. 4. A singularidade da previsão constitucional de ensino religioso, de matrícula facultativa, observado o binômio Laicidade do Estado (CF, art. 19, I)/Consagração da Liberdade religiosa (CF, art. 5º, VI), implica regulamentação integral do cumprimento do preceito constitucional previsto no artigo 210, §1º, autorizando à rede pública o oferecimento, em igualdade de condições (CF, art. 5º, caput), de ensino confessional das diversas crenças. 5. A Constituição Federal garante aos alunos, que expressa e voluntariamente se matriculem, o pleno exercício de seu direito subjetivo ao ensino religioso como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, ministrada de acordo com os princípios de sua confissão religiosa e baseada nos dogmas da fé, inconfundível com outros ramos do conhecimento científico, como história, filosofia ou ciência das religiões. 6. O binômio Laicidade do Estado/Consagração da Liberdade religiosa está presente na medida em que o texto constitucional (a) expressamente garante a voluntariedade da matrícula para o ensino religioso,

consagrando, inclusive o dever do Estado de absoluto respeito aos agnósticos e ateus; (b) implicitamente impede que o Poder Público crie de modo artificial seu próprio ensino religioso, com um determinado conteúdo estatal para a disciplina; bem como proíbe o favorecimento ou hierarquização de interpretações bíblicas e religiosas de um ou mais grupos em detrimento dos demais. 7. Ação direta julgada improcedente, declarando-se a constitucionalidade dos artigos 33, caput e §§ 1º e 2º, da Lei 9.394/1996, e do art. 11, § 1º, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, e afirmando-se a constitucionalidade do ensino religioso confessional como disciplina facultativa dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.<sup>79</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho monográfico foi fazer uma aproximação à controvérsia do ensino religioso nas escolas públicas e algumas questões dela decorrentes, sobretudo quanto ao aspecto da confessionalidade ou não desse ensino, conforme se discutiu em ação de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF. Por meio de pesquisa histórica e compilação bibliográfica, bem como participação, à época, da audiência pública sobre o tema, foi possível perceber que o ensino religioso é assunto dos mais delicados, do qual é possível ver emergir, do seio da sociedade brasileira, posições diversas, todas igualmente densas em fundamentação fática e jurídica.

A ADI que tratou do tema repercutiu na imprensa e certamente gerou, entre a opinião pública, incluindo o ambiente acadêmico ligado às ciências jurídicas e sociais, alguns dissensos. Muito embora o acórdão tenha decidido pela constitucionalidade dos dispositivos impugnados pela petição inicial do MPF, o aspecto da facilidade de interlocução entre o Estado e as confissões religiosas mais institucionalizadas, conforme se tentou argumentar no decorrer do trabalho, parece não ter sido analisado suficientemente pelo Supremo.

Em termos pragmáticos, ainda que se tenha compreendido que a hipótese de um ensino neutro e plural - vedada sua ministração por representantes de uma ou outra confissão religiosa - pudesse configurar uma espécie de censura estatal, como argumentou o Ministro Alexandre de Moraes, no que foi seguido pela maioria dos ministros do STF, convida à reflexão o problema da forma como são escolhidos os

---

<sup>79</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 4.439, rel. min. Roberto Barroso, j. 27.7.2017, P, DJE de 21.6.2018.



professores desse modelo confessional no ambiente republicano. Parece razoável imaginar a dificuldade que confissões religiosas minoritárias, como as de matriz africana, têm para penetrar a burocracia estatal e chegar à sala de aula, sobretudo em comparação às majoritárias, com largo histórico de relacionamento institucional com o Estado brasileiro. O assunto parece ainda demandar por evolução jurisprudencial em nossa jurisdição constitucional, sobretudo ao considerarmos as demandas identitárias que têm florescido e dominado grande parte das preocupações políticas em jogo no nosso tempo.

O Supremo Tribunal Federal, guardião que é de nossa ordem constitucional, parece ter decidido de forma a negar a diversidade que nos marca enquanto povo. A consagração do modelo pluralista, em detrimento de um modelo que destaca uma ou outra confissão religiosa das demais, presente em toda a nossa constituição foi assim descrito por José Afonso da Silva:

A Constituição opta, pois, pela sociedade pluralista, que respeita a pessoa e sua liberdade, em lugar de uma sociedade monista, que mutila os seres e engendra as ortodoxias opressivas. O pluralismo é uma realidade, pois a sociedade se compõe de uma pluralidade de categorias sociais, de classes, grupos sociais, econômicos, culturais e ideológicos. Optar por uma sociedade pluralista significa acolher uma sociedade conflitiva, de interesses contraditórios e antinômicos. O problema do pluralismo está, precisamente, em construir o equilíbrio entre as tensões múltiplas, e por vezes contraditórias; em conciliar a sociabilidade e o particularismo; em administrar os antagonismos e evitar divisões irreduzíveis (...). De tudo isso se deduz a importância de ter a Constituição conjugado a concepção de uma sociedade pluralista com as de uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária (preâmbulo e art. 3º, I), pois, se o pluralismo é uma concepção liberal, o solidarismo, de fundo socialista, aponta para uma realidade humanista de fundo igualitário, que supõe a superação dos conflitos, e, assim, fundamenta a integração social, que evita antagonismos irreduzíveis que destroem o princípio pluralista. Forma-se, assim, uma sociedade integrada (...). Se tais pressupostos faltarem, o pluralismo resultará desastroso e não se manifestará como um princípio democrático.<sup>80</sup>

Nossa jovem Constituição Cidadã, enfim, reconhece o ser humano como livre agente, tentando preservá-lo do encerramento intelectual a uma só ideologia ou cosmovisão de mundo e de vida. Essa concepção foi, antes de tudo, uma escolha política nascida de traumáticos e autoritários anos. Tal escolha, por sua vez, se reflete

---

<sup>80</sup> SILVA, José Afonso da. Comentário contextual à constituição. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012: 803-804.

na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que elogia o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”<sup>81</sup>, caracteres próprios de uma educação plural, inclusiva e aberta à diversidade de opiniões e posições religiosas, políticas, filosóficas e tantas outras. Esse cenário, no modesto entendimento do autor deste trabalho, só pode acontecer a partir do marco da laicidade estatal, aqui compreendida como uma barreira à interferência do estado na autonomia e na intimidade de cada cidadão. Disso resulta que o ensino não confessional se apresenta como única alternativa para a consecução do objetivo maior de nossa Constituição: a democracia. Finalmente, a ideia crítica que aqui se quis construir dá conta de que a sala de aula não pode ser palco de pregação religiosa; muito ao contrário, deve ser sempre a casa da liberdade criativa, do cultivo da autonomia individual e do florescimento do ser livre pensador.

\* \* \* \* \*

---

<sup>81</sup> Art. 3º, IV da Lei 9.394/1996.

## BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil: por suas drogas e minas**. Brasília, Ed. Senado Federal, 2011.

BORNHEIM, Gerd. **Introdução ao Filosofar**. Porto Alegre, Globo, 2007.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824).

\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891).

\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934).

\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 10 de novembro de 1937).

\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 18 de setembro de 1946).

\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967** (de 24 de janeiro de 1967).

\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil** (de 5 de outubro de 1988).

CARLETTI, Anna. **A diplomacia da Santa Sé: suas origens e sua relevância no atual cenário internacional**. In: *Diálogo - Relações Internacionais em Perspectiva*, n.16, jan-jun 2010. Canoas: Unilasalle, 2010.

CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. **O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas**. *Acta Scientiarum. Education* Abr./Jun. 2016, 2 ed.: 131-141.

CUNHA, Luiz Antônio. **Hegemonia e confronto na produção da segunda LDB: o ensino religioso nas escolas públicas.** *Pro-Posições* Jan./Abr. 2014, 1 (73) ed.

CUSHMAN, Robert E. **Leading Constitutional Decisions**. 12. New York: Meredith Publishing Company, 1963.

DE SOUZA, Caetano Salmo. **A mediação da Santa Sé na questão do Canal de Beagle**. São Paulo: Manole, 2008

DEL VECCHIO, Giorgio. **Lições de filosofia do direito**. Tradução de António José Brandão, 5ª Edição. Arménio Amado Editora. Coimbra, Portugal, 1979.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília: Letras Livres/ Editora UnB/Unesco Brasil, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 4ª Edição, Lisboa: Presença, 1991.

DWORKIN, Ronald. **Is democracy possible here?: principles for a new political debate**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

FISCHMANN, Roseli. **"A proposta de concordata com a Santa-Sé e o Debate na Câmara Federal."** Educ. Soc. maio/ago 2009, 107 ed.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

GIELOW, Taciane Cleire. **A laicidade na educação: conhecendo a história da educação laica no Brasil e observando o pensamento de um professor de Sinop**. *Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil* nov./dez. 2015, 4 (17) ed.: 283-293.

GIUMBELLI, Emerson. **O Acordo Brasil-Santa Sé**. Ciências Sociais e Religião Setembro 2011, 14 ed.

HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus van der; BROD, Brenno. **História da Igreja no Brasil - Ensaio de interpretação a partir do povo - Segunda Época**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição – contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1997.

HAYNES, Charles C., Sam CHALTAİN and John E. FERGUSON. **The First Amendment in Schools**. Alexandria: Association for Supervision & Curriculum Development (ASCD), 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. São Paulo, Cia das Letras, 2010.

HOORNAERT, Eduardo. **A Formação do Catolicismo Brasileiro**. Ed. Vozes, 1974.

KELLY, John M. **Uma breve história da teoria do direito ocidental**. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1985.

KERTZER, David I. **O Papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Trad. de Maria da Conceição Côrte -Real. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1980.

MANGUEIRA, Hugo Alexandre Espínola. **Acordo Brasil-Santa Sé: Uma Análise Jurídica**. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

NETO, Antonio Gomes da Costa. **Ensino Religioso e as Religiões de Matrizes Africanas no Distrito Federal**. Brasília, 2010.

NETO, Jayme Weingartnet; SARLET, Ingo Wolfgang. **Liberdade Religiosa no Brasil com Destaque para o Marco Jurídico-Constitucional e a Jurisprudência do STF**. REPATS 3.2 (2016).

NOVO, Benigno Nuñez. **Amicus Curiae: Análise da figura do amicus curiae trazida pelo Código de Processo Civil. A origem, conceito, a natureza jurídica e quais são os limites e os direitos que o abarcam**. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10419/Amicus-Curiae> Acesso em 25 de outubro de 2020.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito**. São Paulo: Editora 34, 2004.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília, Ed. UnB, 1981.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo: a visão do moderno em Max Weber**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SEFERJAN, Tatiana Robles. **Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado na Constituição de 1988**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

STARK, Rodney; BAINBRIDGE, William Sims. **A theory of Religion**. New Jersey, Rutgers University Press, 1987.

STONE, Geoffrey R., et al. **Constitutional Law**. 6ª. New York: Aspen Publishers, 2009.